

Debatendo o Desenvolvimento na América Latina

Da CEPAL ao Partido dos Trabalhadores

A questão do “desenvolvimento” apresenta uma longa tradição na política e no pensamento latino-americanos, e tem seguido caminhos próprios, diferenciados do padrão predominante no mainstream da teoria econômica convencional. Desde a década de 1950, com o pensamento da CEPAL, e a partir da década de 1960, com o boom da denominada “teoria da dependência”, se assentaram várias visões críticas sobre as características e as possibilidades do desenvolvimento dos países latino-americanos. Mas sempre um ponto comum aos diferentes teóricos foi a impugnação de um modelo de crescimento baseado em enclaves exportadores de produtos primários agrícolas ou minerais. Paradoxalmente, hoje os governos latino-americanos “alternativos” parecem ter recuado, do ponto de vista dos modelos de crescimento propostos, às economias exportadores anteriores a 1930.

Fugindo às regras do Mercado: O importante papel da CEPAL na América Latina pós-guerra

Em 1948, em uma iniciativa compartilhada com o governo chileno, as Nações Unidas criam a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a primeira (e que se tornaria a mais célebre) das cinco comissões regionais que viriam a trabalhar no estudo e proposta de políticas de desenvolvimento para o mundo pós-guerra. Anos depois, os Estados Unidos tentaram extinguir a CEPAL, mas uma ação diplomática conjunta dos países latino-americanos o impediu. Durante décadas, a CEPAL tem sido um centro de elaboração político-social regional. Tendo como grande inspirador seu secretário-executivo entre 1950 e 1963, o economista argentino Raúl Prebisch¹, deu origem ao estruturalismo (sem nenhuma relação com o estruturalismo da teoria social francesa), uma tradição de pensamento econômico latino-americano baseada na crítica à teoria econômica clássica, que não leva em conta as estruturas econômicas,

1 Na década de 1920, Raúl Prebisch passou pelo Partido Socialista argentino, muito ligado ao PSD alemão. Sem dúvida, nessa época incorporou à sua formação as linhas mestras do debate alemão da época sobre a necessidade de um Estado ativo, formulando políticas públicas para organizar e regular ao capitalismo.

sociais e políticas².

Para Prebisch (e para o que viria a ser conhecido como “o pensamento da CEPAL), a experiência latino-americana de integração ao mercado internacional como fornecedora de matérias-primas resultava em uma frustração. Isso porque a economia ficava dependendo da dinâmica de ciclos externos sobre os quais não tinha controle, os ingressos ficavam concentrados social e regionalmente, os mercados internos eram limitados, e não se incorporava progresso técnico. Além disso, o grande problema era a chamada “deterioração secular dos termos do intercâmbio”, provocada pela divisão internacional do trabalho: no longo prazo, fora episódios conjunturais, os bens primários perdiam valor em relação aos bens industriais nas trocas internacionais. Assim, a América Latina devia exportar cada vez mais produtos agrícolas e mineiros para poder importar os bens industriais que requeria seu consumo interno, sofrendo endividamento e carência de capitais.

Era necessário, por isso, que os Estados nacionais assumissem um papel ativo na formulação de políticas orientadoras da transformação econômica. Deveria se começar um processo de substituição das importações industriais, dos setores mais leves e viáveis para os que contavam com matérias-primas (indústrias alimentícia, têxtil, metalúrgica básica). Isso dinamizaria a distribuição de ingressos e o surgimento de massas assalariadas, além de criar mercados internos para essa produção industrial. A reforma agrária também estimularia a expansão desses mercados internos, melhorando as condições de vida, de ingresso e de consumo da população rural, ao mesmo tempo em que facilitaria a oferta de produtos agrícolas. Na época, o comércio entre os países latino-americanos era praticamente nulo. Por isso, sua expansão, associando os mercados internos regionais, permitiria criar as necessárias economias de escala.

Estas elaborações da CEPAL, contemporâneas dos inícios da integração europeia e das primeiras formulações sobre o desenvolvimento das periferias ex-coloniais, tiveram uma enorme influência nas tradições intelectuais e políticas latino-americanas. Entre outras coisas, contribuíram para pensar a região como uma unidade, como um conjunto de países cujo interesse particular se resolvia na associação, e não na concorrência com os outros.

“Desenvolvendo o Subdesenvolvimento”: A “Teoria da Dependência”³

De fato, entre as décadas de 1940 e 1960, em vários países latino-americanos se desenvolveram experiências políticas nas quais novas elites impulsionaram políticas nacionalistas e industrializantes, com incorporação dos setores trabalhadores organizados na expansão dos mercados internos. Em termos

2 Para os economistas: o diálogo natural do estruturalismo cepalino é com a economia neoinstitucionalista. No momento atual, a partir da gestão do colombiano José Antonio Ocampo como secretário-executivo (1998/2003), o pensamento da CEPAL se define como “neoestructuralista”.

3 De fato, nunca existiu uma “teoria da dependência” formulada como tal, e o termo surgiu mais como referência no mundo acadêmico norte-americano que no espaço latino-americano. A noção foi usada mais em sentido prático, pelo seu valor explicativo.

econômicos, as coisas até que deram certo, mesmo com dificuldades. Os problemas eram políticos já que as antigas elites oligárquicas tinham sido deslocadas do poder do Estado, e viam como um perigo a participação política das massas de trabalhadores. Sobre isso, em 1959, a Revolução Cubana veio a desatar a paranoia das elites tradicionais latino-americanas e do seu respaldo, os Estados Unidos, que viviam a loucura da Guerra Fria. Em alguns anos, todos esses governos (denominados “populistas”) foram derrubados por golpes militares. Em 1973, a maré autoritária alcançou o Chile e o Uruguai, os mais tradicionais e estabelecidos sistemas republicanos democráticos da região.

O debate sobre o desenvolvimento continuou então por outros caminhos: a crítica ao próprio desenvolvimento e as condições políticas vinculadas ao crescimento econômico. É importante lembrar também que um dos alvos políticos do debate era o marxismo anacrônico, que tinha fundamentado a política dos partidos comunistas latino-americanos da época; bem como a confiança nas ideias de que o “desenvolvimento das forças produtivas” traria progresso e democracia, que as “burguesias nacionais” eram nacionalistas, democráticas e dispostas a lutar do lado do povo, e não do imperialismo norteamericano, etc. No final da década de 60 e início dos anos 70, o economista alemão André Gunder Frank formulou as críticas mais radicais à própria noção de desenvolvimento. De certa forma, suas postulações resumem os princípios do que veio a ser denominada “teoria da dependência”.

1) um ponto decisivo era o fato de que os países latino-americanos, desde o começo da sua história, estavam inseridos em um sistema internacional em posição de subordinação. Suas dificuldades para o desenvolvimento e a permanência em situação de subdesenvolvimento não eram consequências da persistência de visões tradicionais, do isolamento ou da desconexão dos mercados. Muito pelo contrário, era a persistência dessa situação histórica o que constituía a chave para entender a reprodução do subdesenvolvimento.

2) A situação de subordinação a uma estrutura “metrópole-satélite” de natureza colonial (Frank não empregava a noção de “dependência”) era o que criava a reprodução do que ele chamou o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O desenvolvimento em alguns pontos ou setores criava distorções, crises, agravamento das condições de exclusão social e política, etc. O sucesso de algumas economias de exportação baseadas em enclaves agrícolas ou mineiros, por exemplo, só favorecia a acumulação de capital fora dessas regiões, nas metrópoles nacionais ou globais, enquanto desorganizava e enfraquecia as sociedades locais.

3) Algumas situações internacionais e internas teriam favorecido o início de processos de industrialização e de diversificação econômica em alguns países latino-americanos. Paradoxalmente, isso tinha provocado alguma “modernização”, mas agravado questões econômicas relativas à balança de pagamentos, dívida externa, etc., assim como os problemas de subdesenvolvimento nas regiões não industrializadas e industrializadas (crescimento das cidades sem serviços básicos, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE comprovam hoje no Brasil);

Mesmo que nesses debates da época Frank não tenha levantado questões que hoje denominamos “ambientais”, é verdade que sua crítica ao “desenvolvimento do subdesenvolvimento” permitiria incorporar estas dimensões sem maiores dificuldades.

Sem dúvida, um dos livros mais conhecidos — e aliás, melhores — dessa época é o clássico “Dependência y desarrollo en América Latina”, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. O fato de que um dos seus autores tenha alcançado a presidência do Brasil não deveria interferir na leitura de uma obra especialmente rica em suas análises⁴. Redigido em Santiago de Chile entre 1966 e 1967, no ambiente da CEPAL e de outros organismos regionais que tinham sede nessa cidade, seu objetivo era promover uma discussão destes sociólogos com “economistas e planejadores” (isto é, com o pensamento da CEPAL) “para destacar a natureza social e política dos problemas do desenvolvimento na América Latina” (isto é, quais os limites sociais e políticos para as propostas econômicas da CEPAL: por que a modernização e a industrialização da Argentina e do Brasil não tinham aprofundado a democracia, mas tido como resultado golpes militares?).

O livro começa constatando que a história da formação da América Latina se inicia e continua a partir de uma integração dependente no sistema internacional. Não se trata de uma situação metafísica: a análise mostra como essa dependência se manifesta nas configurações estruturais das sociedades, no equilíbrio e conflito entre atores sociais. Assim como uma crítica à visão estritamente econômica dos processos sociais, o texto aponta também para a “sociologia do desenvolvimento” da época, de inspiração anglo-saxã, preocupada com a passagem de uma sociedade “tradicional” para outra “moderna”: “Pode se dar o caso de que a sociedade se modernize nas suas pautas de consumo, educação, etc., sem que em forma correlativa se logre um desenvolvimento efetivo, se por isso se entende uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia ao centro” (...) Se considera o desenvolvimento como um resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação próprio e, portanto, interesses e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico”⁵.

Naturalmente, apesar da independência que os extirpou dos sistemas coloniais ibéricos, os países latino-americanos ficaram em situação de dependência no sistema mundial de livre comércio. Em alguns casos — América Central, Chile, Peru, Equador, denominadas “economias de enclave” pelos autores) —, o capital estrangeiro se instalou diretamente nas regiões produtoras de produtos primários, agrícolas ou mineiros como agente econômico de produção e também como

-
- 4 O Fernando Henrique Cardoso presidente traiu o sociólogo? É frequente dizer que sim, mas acho que não. Este livro tenta fazer uma análise sociológica, não se coloca como um manifesto político e muito menos como um documento para a mobilização política, constatando a dependência dos países latino-americanos como um fato objetivo, não como uma impugnação moral.
 - 5 CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E.. Dependencia y Desarrollo en América Latina. México: Siglo XXI, 1970.

ator político de dominação⁶. Nessas situações, os efeitos multiplicadores dessas atividades são mínimos, os lucros são exportados, e não reinvestidos. Algumas parcelas alimentam o orçamento de Estados fracos e sem alternativas frente ao poder do capital estrangeiro.

Em outros países (os de “controle nacional das exportações”) como Brasil, Argentina, México, Colômbia e Uruguai, esses lucros e as decisões de investimento foram controlados localmente, tiveram efeitos de encadeamento das exportações, promoveram certa diversificação do conjunto do sistema produtivo e, em uma fase seguinte, deram início ao processo de industrialização pela substituição das importações, defendido pela CEPAL. Só que isso implicou condições políticas que as elites tradicionais e os Estados Unidos não gostaram, resultando em golpes que implantaram governos militares.

Mas isso não significou que a história voltou para trás, dizem Cardoso e Faletto. A industrialização e a modernização continuaram, só que com ditaduras, já que a primeira não produz democracia. Agora se tem um modelo de crescimento que junta Estado, capital estrangeiro e burguesias nacionais. A industrialização também não produz autonomia, mas uma nova fase da dependência, a da internacionalização do mercado interno. O capital estrangeiro está instalado no setor industrial, nos serviços, no setor financeiro, não ficou apenas nos setores extrativos para exportação. E isso cria uma dinâmica que, como diria Gunder Frank, aumenta a heterogeneidade, a desigualdade e o subdesenvolvimento das estruturas sociais e territoriais, e, ao mesmo tempo, gera processos de modernização mais bonitinhos, nos quais as classes médias urbanas se sentem muito à vontade e apoiam as ditaduras. Esse é o núcleo da análise do livro de Cardoso e Faletto que põe de lado ilusões de épocas anteriores. E por isso digo que Fernando Henrique Cardoso não se traiu: entendeu que era preciso aceitar as regras do jogo e tentar ganhar o voto dessas classes médias, desiludidas das ditaduras e das suas promessas de milagre econômico.⁷

Elementos do *Buen Vivir avant la lettre*: Celso Furtado

Uma das maiores reflexões latino-americanas sobre desenvolvimento da região e os seus problemas é a do brasileiro Celso Furtado. Também ele percebe o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como duas faces de uma mesma questão, postula que a trajetória histórica da América Latina nunca seguiu nem seguirá a dos países metropolitanos, questiona a imposição de modelos

6 Note-se que tal situação está reaparecendo com a vocação neoextrativista atual dos governos latino-americanos.

7 Encontrei Fernando Henrique Cardoso pela primeira vez em Buenos Aires, no começo da década de 70 (época em que as vanguardas armadas floresciam em toda a América Latina). Ele disse mais ou menos o seguinte: “Quando eu vejo as análises da esquerda latino-americana fico bravo porque toda a análise está errada. As ditaduras têm apoio social, sim; suas estratégias econômicas são viáveis, sim. E nós escrevemos esse livro para mostrar isso!”. Já presidente, ele disse certa vez: “No mundo atual, é melhor estar integrado ao sistema da globalização em posição dependente que ficar excluído, como grandes regiões da África”.

tecnológicos e de consumo por parte da industrialização subordinada. E é Celso Furtado, um homem de grande cultura humanística e de boa formação acadêmica, quem, a partir dos anos 70 (isto é, em sintonia com a conferência de Estocolmo⁸) vai introduzindo uma crítica ambiental aos processos de desenvolvimento, que abrange desde a destruição causada pelas monoculturas exportadoras até a externalização dos custos ambientais nos cálculos macroeconômicos. É notável como hoje, intelectuais e políticos brasileiros que se consideram seus discípulos lhe rendem homenagem ao mesmo tempo em que defendem um modelo econômico de superexploração dos recursos naturais, ultraprodutivista, reproduzidor das situações sociais de subdesenvolvimento — justamente tudo o que Celso Furtado sempre criticou e combateu. De certa forma, o pensamento de Furtado incluiu elementos do que hoje se discute como *El Buen Vivir*.

Furtado deu às dimensões culturais do desenvolvimento uma importância fundamental. O subdesenvolvimento não é uma “fase” anterior ao desenvolvimento. É uma situação caracterizada pela disparidade entre a distribuição de renda e a heterogeneidade social. A inovação tecnológica vem de fora, e se manifesta em nossos países nos hábitos de consumo de nossas elites, que reproduzem as pautas dos países industrializados. Na importância que dá às pautas de consumo, Furtado reconhece a vigência de imposições culturais que reproduzem a situação de subdesenvolvimento. O desenvolvimento proposto pelo pensamento econômico tradicional aumenta a desigualdade e, portanto, não passa de um mito. Um autêntico desenvolvimento significa a definição dos fins antes dos meios (E o que mais é a proposta do *Buen Vivir*?), uma reconciliação entre as elites políticas com as linhas mestras da cultura nacional que permita, assim, a expressão da criatividade da vida coletiva. Em suas próprias palavras:

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto do século nos oferece um exemplo paradigmático do papel central dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90% do que encontramos ali se fundamenta na ideia, tomada como evidente, de que o desenvolvimento econômico, tal qual tem sido praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. (Furtado, 1974, pág. 16).

O desenvolvimento econômico – a ideia de que povos empobrecidos poderão algum dia desfrutar das formas de vida dos povos ricos de hoje – é simplesmente irrealizável. Sabemos atualmente de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas no sentido de se tornarem similares às economias que formam o presente centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e convencê-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas “arcaicas” de cultura, para explicar e tornar compreensível a necessidade de destruir o meio ambiente, para justificar formas de dependência que reforçam o

8 Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente.

caráter predador do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é simplesmente um mito. Graças a ele tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades abertas ao homem pelo avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como os investimentos, as exportações e o crescimento. (Furtado, 1974, págs. 75/76).

O argumento de Furtado, de alguma forma um prenúncio da perspectiva do *Buen Vivir*, é que o desenvolvimento só pode ser caracterizado como tal se integrar a população como um todo, a partir da satisfação das necessidades básicas. Isso supõe uma estratégia de fins totalmente diferente da estratégia de meios defendida pelos economistas de inspiração neoclássica. No caso da análise macroeconômica:

Oseconomistasfalamcorrentemente de investimento ou investimentos como se fosse algo que não supusesse maiores ambiguidades. “Em toda política de desenvolvimento, seja qual for o sistema, um alto nível de investimentos sempre será essencial”. Essa é uma afirmação totalmente equivocada. Investimento é o processo pelo qual se aumenta a capacidade produtiva mediante certo custo social. Suponhamos que o objetivo seja produzir mais bem-estar social e que nesta definição de bem-estar esteja acordado dar a mais alta prioridade à melhoria da alimentação infantil. Esse objetivo pode ser alcançado muito mais rapidamente reduzindo o consumo supérfluo das minorias privilegiadas (modificando a distribuição do bem-estar) do que aumentando o investimento⁹. Passemos a outra vaca sagrada dos economistas: o Produto Interno Bruto (PIB). Este é um conceito ambíguo, um considerável amálgama de definições mais ou menos arbitrárias (...). Ainda mais ambíguo é o conceito de taxa de crescimento do PIB. Por que ignorar na mensuração do PIB o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, dos solos e das florestas? Por que ignorar a contaminação das águas e a destruição dos peixes nos rios onde as fábricas lançam seus resíduos? (op. cit., págs. 114/116).

Atualmente, no interior da esquerda e dos movimentos populares latino-americanos se aprofundam os desentendimentos entre os “pachamámicos” (que defendem valores da natureza e formas não predatórias dos humanos se relacionarem com ela) e os “modérnicos”, que buscam o crescimento econômico a qualquer custo. Esta situação parece-nos dramática, e queremos convocar

9 Que esta observação de Celso Furtado sirva como comentário para a perigosa pretensão de quase todos os governos latinoamericanos em fundamentar suas políticas sociais em economias de renda, ao invés de desrentabilizar as economias, por exemplo, diminuindo o consumo supérfluo.

um diálogo, acreditando que o pensamento latino-americano já estabeleceu faz décadas uma crítica à visão do desenvolvimento apenas como crescimento quantitativo, por exemplo com a obra de Celso Furtado.

A continuidade do Desenvolvimentismo da Esquerda na América Latina hoje

É um lugar comum nos meios de comunicação classificar vários dos atuais governos sul-americanos segundo seu afastamento das recomendações do extinto Consenso de Washington e da fé laica nas virtudes do neoliberalismo. Mas pouco se avança na análise se não se reconhece a especificidade dos processos nacionais, assim como as contradições e paradoxos criados e recriados pelos cenários políticos, pelos horizontes ideológicos e pelas culturas políticas.

Sin duda, Ecuador, Bolivia y Venezuela constituyen las experiencias más radicalizadas de estos procesos, y los espacios de mayor creatividad para la imaginación política. Brasil seria o mais prudente e moderado, mas o Perú está mostrando que pode se colocar no espaço mais conservador do conjunto.

Na maior parte destes países, incluindo também a Argentina, se produziram crises políticas prolongadas que levaram à erosão da representatividade dos sistemas tradicionais e dos seus rituais de poder, e também à paralisia da capacidade estatal de regulação dos mercados e da sociedade. Apareceram novos atores políticos que reconstruíram a capacidade de convocar e reunir forças sociais em projetos coletivos, bem como tentaram recompor a capacidade decisional ativa do Estado e o sistema político. No Brasil, apareceram esses novos sujeitos, mas sem que o regime político tradicional entrasse em crise no mesmo momento.

Um valioso trabalho recente de Pablo Stefanoni (2011), dedicado à análise dos casos de Equador, Bolívia e Venezuela, assinala duas características principais destes processos. Por um lado, um importante movimento de democratização da sociedade, com a promoção de novos atores e dispositivos de participação social. Por outro, o exercício efetivo do poder do Estado permanece baseado em uma cultura política de tradição presidencialista e centralizadora que se impõe na relação entre os poderes do Estado e na definição e aplicação das políticas públicas. Por isso, Stefanoni fala de uma “democratização paradoxal”.

Além disso, a orientação econômica básica destes governos — exercidos sobre territórios de tradicional abundância em recursos naturais com boa demanda internacional, que agora inclui a China e o Extremo Oriente — vem reafirmando e aprofundando uma continuada orientação extrativista, produtora de uma renda que constitui parte fundamental dos ingressos estatais. Essa é a fonte fiscal das políticas de inclusão social e de redistribuição de renda, sem que haja qualquer avanço decisivo destinado a modificar a desigual estrutura das classes sociais, do poder e de ingressos decorrente da mesma.

“Temos que expandir a extração de petróleo, estabelecer grandes projetos de mineração a céu aberto ou de agrocombustíveis para obter ingressos com os quais se possa construir hospitais ou pagar bônus de inclusão social”. Argumentos como esse são repetido pelos discursos oficiais. Trata-se de uma política que, em

todo caso, tenta favorecer a inclusão social de setores populares urbanos, mais próximos às redes de clientela do governo e dos seus aliados, mas que funciona às custas da promoção da exclusão social e da destruição ambiental, penalizando a população das áreas ricas em recursos naturais. Por outra parte, continuam relações de dependência em relação aos poderes da ordem internacional, o que compõe um panorama de perigosa precariedade.

Neste momento latino-americano, se aprofundam amargos conflitos entre a reiterada vocação extrativista de governos que se definem como “alternativos” e as populações afetadas pela degradação ou a eliminação dos recursos naturais básicos para sua sobrevivência. Refiro-me ao caso do Tipnis na Bolívia, aos conflitos pela mineração e pela agricultura de soja na Argentina, os embates no Brasil sobre a construção de grandes hidroelétricas na região amazônica, a agonia crônica da serra peruana em razão das questões entre comunidades e megaprojetos de mineração, o movimento contra a grande mineração e pela defesa da água no Equador.

Recentemente, o ecólogo político uruguaio Eduardo Gudynas cunhou a expressão “esquerda marrom”. Há uma esquerda latino-americana que renunciou a ser “vermelha” (propondo grandes mudanças estruturais nas relações e posições de poder social), mas que também não está disposta a ser “verde” (estabelecendo limites e controles à depredação do grande capital sobre a natureza e as populações), e tem adotado como próprios o discurso, as convicções e os lugares comuns do mais tradicional extrativismo.

O Partido dos Trabalhadores: do sindicalismo ao governo, passando pelo arco-íris

Em 1964 — durante a política de “guerra fria”, que definia os interesses estratégicos dos Estados Unidos — uma ditadura militar foi instaurada no Brasil. Este governo adotou uma estratégia de repressão das dissidências e de controle dos movimentos da sociedade. Em termos econômicos, a partir do que foi chamado “tripé” — uma associação entre o Estado, os capitais multinacionais e os grandes capitais nacionais — tentou o desenvolvimento industrial e da infraestrutura de energia e comunicações necessária.

Este modelo de acumulação e desenvolvimento teve sucesso, apesar das suas consequências sociais e ambientais. Assim, foi-se formando um setor industrial dinâmico, acompanhado de um setor financeiro e de serviços, a taxas de crescimento excepcionais na história econômica mundial. Mas junto com esse processo econômico foram se dando também intensas transformações sociais, como grandes migrações internas na direção das grandes cidades — que constituíam seus mercados de trabalho — e da região amazônica, onde foram definidos eixos de penetração e colonização.

Tal como foi observado em outros processos históricos equivalentes, a dinâmica da industrialização incrementou exponencialmente a classe operária. Tratava-se de contingentes de trabalhadores originados e socializados em condições diferentes das de seus antecessores, e cuja presença não conseguiu

ser enquadrada pelo sindicalismo tradicional, vinculado por inúmeros laços clientelistas ao empresariado e ao governo.

A experiência de greves e de conflitos sindicais que foram se desenvolvendo a partir da década de 70 foi dando origem a novas experiências dessa classe operária. Ao mesmo tempo, a aparição deste novo sindicalismo acompanhava um processo nacional de recuperação da iniciativa das forças democráticas. Esse novo sindicalismo, fincado especialmente nos grandes complexos automotivos dos subúrbios industriais de São Paulo (onde Luiz Inácio Lula da Silva logo viria a se destacar como dirigente) se vinculou, como um ator potente e renovador, ao leque de forças políticas e sociais que enfrentavam a ditadura. Entretanto, também é importante destacar que a formação deste ator sindical, localizado naturalmente à esquerda do espectro político, processou uma crítica às tradições clássicas da esquerda brasileira, assim como a incorporação estreita das elaborações e atualizações que vinham da esquerda internacional

Em 1980, essa experiência sindical, que vinha tendo um notável impacto e visibilidade no cenário brasileiro e internacional, se desdobrou em um instrumento político, o Partido dos Trabalhadores. No decorrer das duas décadas seguintes, o PT conseguiu governar estados e municípios, manteve sempre uma ativa bancada de legisladores nacionais e estaduais e tentou várias vezes, sem sucesso, a eleição presidencial, com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Somente em 2002 alcançou a vitória.

Deve ser dito que a experiência partidária do PT foi especialmente interessante, e sem dúvida sem equivalentes na história dos partidos de esquerda mundiais. Como dissemos, sua formação coincide com o aprofundamento da crítica ao modelo soviético de socialismo, e sua feição é definitivamente pós-leninista. Mesmo mantendo um núcleo duro de origem sindical, foi concebido no espírito de uma “coalizão arco-íris” como uma ampla articulação de atores sociais e políticos que tinham reivindicações postergadas pelos anos da ditadura e que lutavam pela democracia.

Nessa longa caminhada pela democracia, o PT surgiu em posição de confluência, mas ao mesmo tempo de crítica aberta e extensa a todas as forças políticas existentes. Pela sua história e pela sua composição, o PT surgia como uma absoluta novidade no cenário sempre elitista da política brasileira. Implicava uma crítica a tudo o que tinha sido feito até aquele momento, a todas as experiências políticas nas quais os trabalhadores e o conjunto dos setores populares tinham sido convocados apenas como “massa de manobra” dos dirigentes. Nesse sentido, aspirava a reescrever de outra forma a história política brasileira, como criador de uma nova cultura política, ética e democrática. Caracteristicamente, o PT não tinha política de alianças (fora do espectro da esquerda), já que sua crítica ético-política inviabilizava compromissos e composições com os partidos tradicionais, mesmo com os de oposição à ditadura.

Do ponto de vista de formação de novos sujeitos, que vão se constituindo de forma relacional, a experiência brasileira de finais do século XX é verdadeiramente excepcional. Foi-se dando uma confluência de diferentes posicionamentos e

reivindicações, com identidades mais ou menos difusas, mas que em todo caso iam se definindo em relação às outras. Diferentes posições das tradições de esquerda vieram a confluir em um ambiente pós-leninista, onde a problemática da construção dos instrumentos políticos e da sua democracia interna se constituía com referenciais críticos de toda a história do socialismo. De alguma forma, veio a ecoar no Brasil o intenso debate que nesses anos se desenvolvia em torno do chamado eurocomunismo. No caso específico do sindicalismo, foi decisivo o apoio e a experiência que aportou o movimento sindical da Europa Ocidental, a partir de diferentes expressões políticas. Também tiveram um papel importante as centrais sindicais canadenses.

Os quatro pilares político-organizativos que estão na origem do PT, sindicalismo, tradições de esquerda em processo de crítica dos seus fundamentos, movimentos de base da igreja e movimento social agrário (estes dois últimos fundamentais para a presença do PT no cenário nacional, engatinhando fora do seu berço industrial do subúrbio paulista), só poderiam se harmonizar por meio da construção de uma nova cultura política.

Porém, além destas quatro grandes correntes, uma série de movimentos sociais que eram portadores de outras reivindicações que eclodiam na época convergiram para a cultura política que foi se constituindo juntamente com o PT. Um deles era o movimento ambientalista, que elaborava posicionamentos críticos em relação aos custos ambientais do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar. Vale destacar que se tratou de um ambientalismo político, o qual adotou primordialmente uma perspectiva social em relação às condições de vida nas grandes cidades e aos efeitos das tecnologias aplicadas no modelo agrário da Revolução Verde, em relação aos processos de avanço, ocupação e destruição da Floresta Amazônica. No Acre, Chico Mendes, dirigente dos trabalhadores da borracha e organizador de uma aliança dos povos da floresta para proteção do ecossistema e dos seus habitantes, além de fundador do PT no território amazônico, acabou sendo um mártir que contribuiu tragicamente para a constituição de um referencial simbólico do compromisso do PT com a defesa dessas populações e da sua região.

Também foram importantes na confluência de formação de uma nova cultura política as reivindicações de gênero, as das minorias sexuais e a luta contra a discriminação racial, contrariando uma imagem estereotipada que apresenta o Brasil como um paraíso de convivência racial e de liberdade de opção sexual.

Tentando fazer uma interpretação política (e não ética), acreditamos que na época em que Lula finalmente ganha as eleições presidenciais (2002) o projeto da cúpula do PT estava distante substancialmente da representação da coalizão “arco-íris” que constituiu sua base de manobra histórica. A partir desse momento, o referente e chave estratégica da composição política será agora a “governabilidade”, isto é, a capacidade de conciliar a maior quantidade possível de interesses sociais e assim obter uma composição instável, mas equilibrada pela figura presidencial, na qual nenhum setor social significativo possa se considerar

tão “fora do jogo”, mesmo que agindo na oposição, a ponto de conspirar ou agir contra a ordem.

O PT partiu da convicção de que a partir daquele momento era um “partido da ordem”. Talvez o mais autêntico por ser o partido mais capacitado para encarnar espírito e prática executiva de mudanças. Com efeito, as carências sociais, econômicas, de bem-estar e de cidadania da população brasileira eram (e são ainda) tão grandes que resultaria viável serem atendidas a partir de diferentes estratégias definidas dentro da ordem. Os resultados seriam efetivos do ponto de vista das realizações do governo e da criação de apoio político, a partir também de operações mercadológicas. Porém, no momento em que seu desenvolvimento viesse a afetar aos setores de poder social real, o próprio governo deteria suas ações e, se fosse necessário, recuaria.

O aparelho administrativo do Estado federal se desdobrou em instâncias institucionais específicas dispostas para o atendimento de diferentes políticas sociais, com ênfase na sua operacionalização nos níveis locais, sendo as vinculadas ao setor rural, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as mais bem sucedidas. Isto foi acompanhado por um remanejamento orçamentário significativo, não isento de corrupção e da reformulação de antigas práticas clientelistas, mas que contribuiu para que, segundo dados oficiais, 11 milhões de brasileiros ultrapassassem a linha de pobreza.

Por um lado, a execução destas políticas, com ênfase na escala local, criou uma necessidade de diálogo e colaboração indispensável em todas as instâncias de governo, incluindo os partidos da oposição. Por outro, a ênfase participativa da antiga coalizão arco-íris foi recriada burocraticamente, a partir da composição de inúmeros conselhos e fóruns sociais para a discussão de novos instrumentos de políticas públicas e de elementos normativos. Em grande parte, estas instâncias tinham sido previstas na Constituição Federal de 1988, não tendo sido implementadas pelos governos anteriores. Assim, muitas das reivindicações setoriais que tinham confluído na coalizão petista obtiveram soluções administrativas ou de normas legais nem sempre foram satisfatórias, já que a distância até a implementação efetiva desses direitos continua incerta.

Em termos políticos, o governo se sustenta a partir de uma política de alianças parlamentares fundamentadas no “loteamento” da estrutura do Estado entre os partidos aliados que, em geral, não têm qualquer afinidade ideológica com aquele PT das origens — muito pelo contrário. Entre os aliados, estão ilustres figuras do governo militar, como o presidente do Senado, José Sarney, que foi o máximo dirigente do partido político que respaldava a ditadura (ARENA); o ex-presidente Fernando Collor, contra o qual o PT desses anos levou adiante com sucesso uma campanha pelo impeachment; e o campeão da corrupção e ex-governador de São Paulo na época militar, Paulo Maluf. A distribuição de ministérios entre os aliados deixa implícita uma tolerância para com a corrupção e desvio de fundos públicos. Lula não apenas tolerou como defendeu os acusados e justificou a corrupção. Sua sucessora, Dilma Rousseff, tem dado alguns passos que indicariam uma atitude diferente. Os partidos da oposição são apenas

agrupações políticas, não representam alternativas do ponto de vista econômico e social, até porque os grandes interesses estruturais da sociedade brasileira já estão representados no governo do PT.

As bases reais de poder na sociedade brasileira continuam as mesmas, são elas as que definem os grandes eixos das políticas econômicas e a continuidade do modelo de desenvolvimento predador e excludente. Ocupa um lugar destacado o capital financeiro, que tem a seu favor o endividamento do setor público e a “bolha” de crédito que sustenta o consumo da “nova classe média”. A seu favor, conta com a taxa de juros mais elevada do mundo. Além disso, sistematicamente obteve, no decorrer do governo Lula, os maiores lucros da sua história no Brasil.

Outra base de sustentação do governo é o poderosíssimo setor agroindustrial, componente fundamental das exportações. Ele conta com o controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e com todo o sistema de formulação de políticas (que incluem as ambientais) para assegurar sua expansão, que arrasa grandes regiões do interior do país, e cujas fronteiras de vanguarda penetram agora na região amazônica.

E a última coluna de sustentação do governo são as grandes empreiteiras de obras públicas e empresas de engenharia, beneficiadas com os megaprojetos hidroelétricos e de comunicações incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um plano de desenvolvimento notadamente quantitativista, que se associa com o projeto continental da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e com os projetos de obras faraônicas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Significativamente, estas empresas também têm um papel de protagonista na projeção brasileira na região sul-americana, como nos casos do Equador, Bolívia e Peru.

Assim, a configuração das alianças que constituem o fundamento das políticas do Estado brasileiro provocam uma permanente instabilidade entre projetos de acumulação e busca de legitimidade. Daí a ambiguidade retórica de discursos e de políticas com que se tem enfrentado a conferência Rio + 20 da ONU e se enfrentará o futuro debate sobre o desenvolvimento brasileiro numa perspectiva socioambiental.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E.. Dependencia y Desarrollo en América Latina. México: Siglo XXI, 1970.
- CHAUÍ, M. et al. Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- FRANK, A. G. Desarrollo del Subdesarrollo: punto de vista de un economista comprometido. Economía y Desarrollo, 18, La Habana, 1973.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- OLIVEIRA, F. El Brasil lulista: una hegemonia al revés. Observatorio Social de América Latina, 30, CLACSO, Buenos Aires, noviembre 2011.
- STEFANONI, P. Estado de la democracia en Venezuela, Bolivia y Ecuador, Observatorio Social de América Latina, 30, CLACSO, Buenos Aires, noviembre 2011.
- SUNKEL, O.; PAZ, P. El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. México: Siglo XXI, 1973.